

O Estado de S. Paulo

15/5/1988

Bóias-frias e usineiros tentam acordo na DRT

GALENO AMORIM

Lideranças sindicais e representantes de usineiros e produtores de cana do Estado iniciam amanhã, na DRT, em São Paulo, as negociações para o novo acordo salarial dos 400 mil bóias-frias paulistas do setor canavieiro. Tanto empresários como sindicalistas estão prevendo impasses em algumas questões. É possível que as discussões só terminem em junho, um mês após o início da safra da cana, que este ano só começará na sexta-feira, com três semanas de atraso.

A tradicional divergência em torno dos salários (os trabalhadores reivindicam diária mínima de Cz\$ 1.200,00 e salário de Cz\$ 45 mil, fora benefícios, para quem corta seis toneladas diárias — o que é considerado excessivo pelos empregadores) poderá ganhar, este ano, um novo elemento. Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetaesp), as usinas estariam reintroduzindo em algumas regiões, como Araras e Barra Bonita, o sistema de corte da cana em sete ruas, o que gerou a revolta de Guariba em maio de 1984.

Os usineiros não confirmam essa tendência, mas não afastam a possibilidade de uma greve. Fernando Brizola, porta-voz de um pool de usinas e destilarias de álcool da região de Ribeirão Preto, responsável pela maior produção nacional de cana, açúcar e álcool, garante que os empregados que cortarem seis toneladas de cana por dia ganharão Cz\$ 34 mil mensais.

"Vou precisar de muito esforço para não deixar a greve estourar este mês", afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaú, Hermínio Stefanin. Os dirigentes sindicais decidiram retardar o início das negociações este ano para esperar a normalização da moagem da cana. E os usineiros deixaram o início da moagem para o dia 20 de maio, quatro dias após a primeira mesa-redonda, alegando o excesso de chuvas e problemas técnicos. "Precisamos estar atentos e rechaçar provocações de pequenas greves isoladas, antes da hora certa", recomendou aos sindicalistas o vice-presidente da Fetaesp, Hélio Neves. Seu plano é a deflagração de uma paralisação de 150 mil cortadores de cana na segunda quinzena de junho. "Aqui só se fala em greve e será difícil convencê-los a esperar", afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrinha, Alcides Barros Filho. Ele denuncia "a discriminação contra as mulheres por causa da ampliação da licença-gestante, aprovada na Constituinte". Isso "é ilegal e criminoso", diz o secretário do Trabalho, João Bastos.

O presidente da Associação dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado, Fernandes dos Reis, acha que as usinas e produtores aumentarão os salários dos trabalhadores na mesma proporção em que o governo autorizar reajustes no preço da cana. "Pode ter greve, mas só se for por política".

Sertãozinho/Agência Estado

(Página 50 — Economia)